

UNIFEOB
CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO
OCTÁVIO BASTOS

PEDAGOGIA ONLINE

PROJETO INTEGRADO
Educação e Direitos Humanos – Quebrando Paradigmas

Estudantes:

Estudante A, Thais de Cássia Alves Matielo, RA 1012022100454

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP
SETEMBRO, 2023



SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO	3
2-OBJETIVOS	4
3-DESENVOLVIMENTO DO PROJETO	5
4-CONCLUSÃO	9
5-REFERÊNCIAS	10

1 INTRODUÇÃO

A concepção de educação inclusiva é muito ampla e complexa. Em sua amplitude, não se restringe apenas à inclusão dos alunos com deficiência motora, sensorial ou cognitiva, mas se estende a todos os indivíduos no processo educacional, buscando adaptar este processo a fim de assegurar o acesso, permanência e condições de aprendizagem para todas as pessoas, sem preconceitos e de forma a valorizar as diferenças.

Neste documento iremos abordar os conceitos, fundamentos e as legislações que regem a educação numa perspectiva inclusiva.

Citaremos também as deficiências mais comuns e alguns exemplos de casos de alunos (as) com alguma deficiência, material didático, metodologia de ensino utilizada e o tratamento deste aluno pela escola, no ponto de vista do acolhimento.

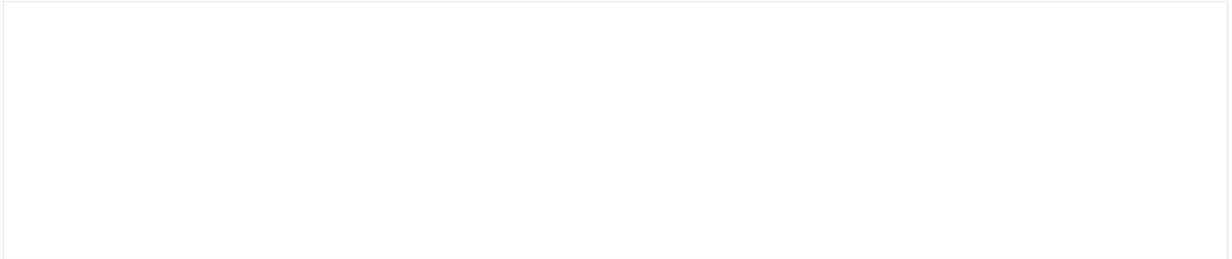
2 OBJETIVOS

Este curso tem como objetivo apresentar ao corpo docente desta escola a educação na perspectiva inclusiva, os fundamentos e as práticas de uma educação inclusiva, não só para alunos com alguma deficiência, mas para todos os alunos de fato.

Apresentar as políticas que embasam a proposta de educação inclusiva dentro das instituições de ensino no Brasil.

Capacitar e promover orientações aos professores quanto ao acolhimento ao aluno (a).

Apresentar as dificuldades mais comuns nos dias atuais exemplificando algumas delas.



3 DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

Vamos falar da educação inclusiva?

A educação inclusiva é um paradigma que compreende a escola como um espaço de todos e não só daqueles em condições de deficiência ou superdotados.

A escola é também um espaço que pertence aos adultos que não conseguiram concluir a escola básica no tempo comum. Ou ainda aquele aluno (a) que, mesmo não possuindo nenhuma limitação neurológica ou física, têm dificuldades de aprendizado. Ou seja, a escola inclusiva entende que o espaço escolar é um bem de todos, independentemente de suas particularidades.

Um aspecto fundamental da escola inclusiva é que ela facilita a entrada e a permanência de todos os alunos (as). Além disso, quando necessário, promove um atendimento especializado para cada condição de forma complementar ou suplementar.

Atualmente, todos os níveis da educação brasileira devem atender aos preceitos da educação inclusiva. Seja no ensino fundamental, médio ou superior, os estudantes com algum nível de deficiência devem receber a mesma educação dos demais educandos. Essa proposta segue os princípios da carta de direitos humanos e das políticas sociais de promoção da cidadania e democracia (PLETSCH; MENDES, 2015).

No entanto, por mais que o Brasil tenha uma das Legislações mais avançadas para a proteção dos direitos educacionais dos estudantes que convivem com algum tipo de deficiência, muitos educadores ainda sentem que as escolas não têm estrutura, financiamento e aporte teórico necessários para oferecer a melhor educação para esses estudantes.

A seguir veremos as legislações e situações sociohistóricas que levaram à formação de um ideal voltado para os direitos humanos dentro dos sistemas de ensino. Também, conseguiremos entender um pouco mais sobre debates acerca da educação inclusiva e suas legislações no Brasil e no resto do mundo.

Marcos históricos da educação inclusiva

A história da educação inclusiva no Brasil é marcada por uma série de práticas assistencialistas e excludentes, onde as pessoas com necessidades educacionais especiais se viram afastadas do convívio social comum, pela oferta de serviços, em sua maioria, prestados por instituições públicas, privadas ou filantrópicas (MAZZOTA, 1996). Assim, podem ser identificados três grandes períodos das políticas socioassistenciais voltadas à educação especial dentro do território nacional.

O primeiro período se estabelece em meados da década de 1950, onde durante essa fase inicial, as iniciativas governamentais e particulares isoladas (ONGs, serviços religiosos de caridade) ajudavam a cobrir progressivamente os diferentes tipos de deficiência, tais como: visual, auditiva, física e mental. Com essas primeiras iniciativas, começa a se abrir uma tendência de afirmação do campo da educação especial. Uma das instituições criadas e

fortalecidas durante esse período foi o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, criado em 1854, e posteriormente rebatizado para Instituto Benjamin Constant, que atualmente presta serviços no campo da educação especial, voltados especificamente para o atendimento educacional.

O segundo período se inicia no final da década de 1950, quando se fortalece e cria raízes até os primeiros anos da década de 1990. Durante essa fase, há um perceptível avanço nas iniciativas governamentais. O Estado brasileiro passa a desenvolver campanhas e a estruturar órgãos de educação especial, fragmentando-os de acordo com as diferentes deficiências. Os avanços da iniciativa pública no campo da educação especial são a base na qual todas as políticas voltadas à educação inclusiva começarão a ser formuladas. É importante, pois mostra que o Estado reconhece que os indivíduos que convivem com algum tipo de deficiência devem receber oportunidades para exercerem seus papéis como cidadãos, havendo um espaço de organização de âmbito nacional e aglutinação de órgãos em torno da educação especial.

O início da década de 1990 tem um dos maiores marcos históricos, tanto para a educação inclusiva quanto para as políticas governamentais de direitos humanos em geral no âmbito internacional. Em 1994, foi assinada a Declaração de Salamanca (BARROS; BRITO; GUEDES, 2017), se tornando um dos documentos mais importantes da história acerca da educação especial, elaborado durante a Conferência Mundial sobre a Educação Especial, na cidade de Salamanca, Espanha. Neste documento, ficou estabelecido que é responsabilidade primordial do Estado incluir todas as crianças e os jovens com necessidades educativas especiais às escolas regulares, cabendo-lhes as adequações indispensáveis, pois são as escolas os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos (BRASIL, 1994). O objetivo da Declaração de Salamanca foi de fornecer diretrizes básicas para a formulação e reforma de políticas e sistemas educacionais de acordo com o movimento de inclusão social (BRASIL, 1996). Ainda que, nos movimentos curriculares desencadeados em todo o país, tais questões já aparecem em alguma medida, somente após a Lei de Diretrizes Básicas de 1996, embasada na Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994), que a educação básica no Brasil passou a ser encarada como um direito, ancorada no princípio do bem comum e no respeito à diversidade (PLETSCH; MENDES, 2015).

Características da proposta de educação inclusiva

As Legislações dentro do campo da educação inclusiva são muito melhores estruturadas hoje em dia do que em qualquer outro momento do Estado Moderno. Como pudemos observar anteriormente, essa Legislação não é um pensamento compartilhado por toda a sociedade, mas, sim, uma construção gerada a partir das diferentes forças no campo político. Dessa forma, precisamos entender que as leis para a educação especial não são imutáveis, podendo estar sujeitas a avanços e retrocessos conforme o passar dos anos e mudança de mentalidade do Estado e da sociedade. Além disso, nem todos os dispositivos dispostos nas leis são cumpridos na prática pelas escolas e faculdades, seja por falta de estrutura, verba ou conhecimento teórico sobre a questão.

Portanto, independente da estrutura e suporte vindo das escolas, jamais podemos cruzar os braços diante dos fatos, pois a mudança deve partir do educador.

Tipos de deficiência mais comuns

- **Deficiência auditiva e surdez**

A deficiência auditiva e surdez são causadas pela falta parcial ou total de audição em um dos ouvidos ou nos dois, sendo que a diferença consiste no ponto de vista clínico e está relacionada à extensão da perda de audição. Ou seja, pessoas com profunda perda de audição não escutam nada, enquanto outras têm parte da audição. Neste último caso, é perda leve ou moderada.

- **Transtorno Invasivo do Desenvolvimento**

Um transtorno invasivo do desenvolvimento (TID) não é exatamente uma deficiência. Os transtornos envolvem distúrbios como déficit de atenção, hiperatividade, dificuldades de comunicação, interação e comportamental. O autismo é um exemplo de TID.

Sendo assim, todos os envolvidos com educação inclusiva devem conhecer os sintomas e aprender a elaborar projetos e atividades pedagógicas inclusivos que auxiliem esse público e que promovam sua integração.

- **Síndrome de Down**

Normalmente, associa-se a Síndrome de Down como deficiência mental ou intelectual, o que não é verdade. Trata-se de uma trissomia do cromossomo 21, que é uma anomalia genética, cuja causa é a presença parcial ou integral de uma terceira cópia do cromossomo 21.

As pessoas com Down podem ou não apresentar comprometimento cognitivo. Isso significa que em um grupo de crianças com Down há uma diversidade, ou seja, mais desafios aos cuidadores, professores e pedagogos.

Aproveitando o assunto, veremos a seguir, o exemplo de um aluno de nove anos de idade, matriculado no primeiro ano do ensino fundamental da rede municipal. Portador de Síndrome de Down e TEA (Transtorno do Espectro Autista), em seu primeiro dia de aula, o aluno foi muito bem recebido pelos funcionários e colegas da escola. A professora foi logo dando um jeitinho, o colocou junto aos novos colegas e de acordo com os materiais que ela possuía naquele momento, improvisou uma atividade em que todos poderiam realizar juntos. Hoje a metodologia de ensino utilizada é composta por reforçamento, analisando o comportamento aplicado com pareamento de cores, letras e habilidades sensoriais (adaptação com painel tátil) e apostila com letras, números e pareamento de cores.

Dicas de como acolher na escola o aluno da educação especial

Se você tem dificuldades de inserir o seu aluno (a) na dinâmica escolar, ou não sabe como desenvolver suas potencialidades da melhor forma, siga essas dicas:

- **Faça um diagnóstico**

É fundamental que se compreenda as necessidades do estudante. O quanto se avançou, o quanto é necessário para o alcance das habilidades previstas para cada bimestre, o que poderia facilitar a chegada ao objetivo do plano pedagógico. Este momento é essencial para compreender a particularidade do aluno e suas necessidades.

Além disso, conversar com os pais é essencial. Faça também um diagnóstico da estrutura escolar, torne os espaços mais acessíveis. Dialogue também com os demais professores, para que te auxiliem nas suas dúvidas e receios.

- **Adapte o conteúdo**

Dentro da educação inclusiva, a educação especial promove caminhos que melhor se adequem a cada aluno (a), valorizando suas potencialidades. Esse caminho não é esvaziado de conteúdo ou menos interessante, pelo contrário, deve ser o que melhor se aproxime das dificuldades do aluno (a).

O professor então será uma ponte para que aquele conteúdo tenha significado e faça sentido para a compreensão e participação na aula. Por isso, adequar o currículo pode ser uma forma eficiente de acolhê-lo no processo de aprendizado, consciente de que esse processo é diverso para cada um. Lembrando que a adaptação de currículo é uma prática utilizada também para alunos com diversas outras dificuldades e não somente as especiais.

Afinal, a diversidade no processo de aprendizado é uma premissa fundamental que não pode ser esquecida no currículo. É importante ter em mente que o conhecimento ofertado no dia a dia não se difere em conteúdo. Mas terá o objetivo de desenvolver da melhor forma as potencialidades de cada um, segundo suas capacidades.

- **Construa em conjunto**

A construção do saber não é unívoca e solitária. Ela é múltipla e permite que vários atores contribuam em sua evolução. Por isso, fomente a participação do aluno com deficiência, destaque suas respostas e interações como realmente importantes na dinâmica de sala de aula. Valorize seus descobrimentos e interações mesmo que tímidas. Destaque suas respostas de modo que o restante da turma também as reconheça como relevantes.

- **Invista nos recursos paradidáticos**

Investir em recursos lúdicos que envolvam a turma como um todo pode alavancar o acolhimento do aluno em condições especiais. Além disso, pode promover laços de afeto com os demais da turma, o que facilita o desenvolvimento de competências emocionais e psicossociais. Portanto, inclua metodologias ativas e tecnologias educacionais, pois elas são essenciais na dinâmica de aprendizagem, como, por exemplo, recursos tecnológicos que explorem todo o sistema sensorial do aluno (a).

4 CONCLUSÃO

A educação inclusiva é um desafio para todos e você não está sozinho nessa empreitada. Por isso, fortaleça o diálogo com seus colegas e valorize cada pequeno passo, pratique uma escuta ativa e um olhar atento, porque cada aluno tem seu jeitinho especial de aprender!

Receber alunos da educação especial pode ser uma grande oportunidade para que você professor e os demais alunos se desenvolvam e transformem a escola em um lugar de acolhimento ainda mais diverso.

“A inclusão acontece quando se aprende com as diferenças e não com as igualdades”.
Paulo Freire

REFERÊNCIAS

<https://cursos.escolaeducacao.com.br/artigo/introdu-o-educa-o-inclusiva>

<https://www.totvs.com/blog/instituicao-de-ensino/educacao-inclusiva/#:~:text=Qual%20%C3%A9%20o%20conceito%20de,forma%20a%20valorizar%20as%20diferen%C3%A7as>

<https://www.arvore.com.br/blog/educacao-especial>

<https://unifeob.grupoa.education/plataforma/course/486943/content/4190456>